

Com juros de 15%, gestão Galípolo aumentou despesas financeiras do governo em 149 bilhões

Jeferson Miola

23/10/2025

O governo se vira atrás de fontes compensatórias de recursos para cumprir o Novo Arcabouço Fiscal e garantir o equilíbrio das contas públicas em meio às dificuldades interpostas pela Câmara dos Deputados, que deixou caducar a Medida Provisória das bets e bancos para impedir a taxação desses setores nos padrões internacionais.



Enquanto isso, por outro lado, o Banco Central [BC] mantém aberta uma tubulação de grosso calibre por onde deverão escoar mais de um trilhão e 300 bilhões de reais do orçamento federal de 2025 para o pagamento da dívida pública e dos juros, o maior gasto da União.

Galípolo assumiu a presidência do BC herdando do bolsonarista Roberto Campos Neto uma taxa de juros [SELIC] de 12,25% ao ano.

Na sua gestão, e já com uma diretoria composta majoritariamente por diretores nomeados pelo presidente Lula, a taxa foi sendo sucessivamente elevada até atingir 15%.

Segundo dados do BC, cada ponto percentual da SELIC causa um aumento de 54,2 bilhões de reais na Dívida Líquida no período de um ano.

Portanto, o aumento de 2,75% na SELIC com Galípolo, que saltou de 12,25% para 15% ao ano, representa um custo adicional de R\$ 149 bilhões no Orçamento da União deste ano só para o pagamento de juros da dívida – dinheiro que não retorna à economia produtiva e ao mercado interno de consumo, mas retroalimenta a espiral rentista.

Esta cifra extraordinária de R\$ 149 bilhões, que é apropriada por um punhado de investidores, especuladores e rentistas, contrasta com outros gastos federais que beneficiam dezenas de milhões de brasileiros, como o PAC, com orçamento de 56 bilhões em 2025; BPC, com R\$ 113 bi; Bolsa Família, com R\$ 158 bi; educação, com R\$ 226 bi; e saúde/SUS, com R\$ 245 bilhões.

Além de prejudicar a atividade econômica nacional, os investimentos e os financiamentos de longo prazo, como do setor imobiliário, a SELIC em 15% está aumentando crescentemente a proporção da Dívida Líquida do setor público em relação ao PIB do país, que alcançou 64,21% em agosto/2025, o pior desempenho dos últimos 24 anos, desde dezembro/2001 [Fonte: BC/Dstat].

Quando ficou evidente a **continuidade da política monetária de Campos Neto**, defensores de Galípolo alegavam que o indicado pelo presidente Lula não poderia dar “cavalo-de-pau num transatlântico”.

Passados alguns meses, a escolha por juros altos não só se manteve, como foi aprofundada em sucessivos aumentos da SELIC até os atuais 15%. E ainda pior: com anúncio de continuidade da “política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado” [Ata de 23/9 do COPOM] [[aqui](#)].

Com a continuidade da política monetária de Campos Neto, o governo fica enxugando gelo. As taxas de juros estratosféricas do BC aumentam as despesas financeiras do governo, que fica obrigado a encontrar recursos adicionais para pagá-las, ou a realizar cortes nos orçamentos da previdência, saúde, educação e políticas sociais.

Não há nenhuma explicação aceitável para a manutenção dessas taxas de juros “chocantes”, que equivalem a **“uma pena de morte”, nas palavras do Nobel da Economia Joseph Stiglitz**.

*Jeferson Miola é analista político.
Originalmente publicado em seu [blog](#).*

Compartilhe nas redes: